



RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

RESOLUÇÃO NORMATIVA 16/2022

PROCESSO:	1985965/2025
PRINCIPAL:	MATO GROSSO PREVIDENCIA
GESTOR:	ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA
ASSUNTO:	APOSENTADORIA/REFORMA/RESERVAS
INTERESSADO:	DALVA ROSA ALVES BARBOSA
RELATOR:	LUIZ HENRIQUE LIMA
EQUIPE TÉCNICA:	BOULANGER MACEDO TOSTES
NÚMERO DA O.S.	1472/2025
APLIC/ControlP	

1. INTRODUÇÃO

Senhor Secretário,

Em atendimento ao disposto no art. 71, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 47, inciso III, da Constituição do Estado de Mato Grosso; arts. 10, inciso XXIII e 211 da Resolução Normativa TCE-MT n.º 16/2021 e nos arts. 7º e 12 da Resolução Normativa TCE-MT n.º 16/2022, apresenta-se, para fins de registro, Relatório Técnico com análise simplificada acerca do Ato Administrativo, n.º 239/2025 que concedeu o benefício previdenciário de Aposentadoria Voluntária, por Tempo de Contribuição, a Sra. DALVA ROSA ALVES BARBOSA, portadora do RG nº 02526239 /SESP/MT e do CPF nº 298.564.421-68, servidora nomeada efetiva no cargo de APOIO ADM EDUC PROFISSIONALIZADO-30 B-09, 30 horas semanais de trabalho, contando com 30 Anos, 2 Meses e 24 Dias de tempo total de contribuição, contados até 3 de Fevereiro de 2025., lotada na SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO, no município de CUIABÁ /MT.

2. ANÁLISE TÉCNICA



Em atendimento à Resolução Normativa TCE-MT n.º 16/2022, que determinou a apreciação simplificada dos atos concessivos de aposentadoria, reforma, reserva e pensão, constatou-se que:

1) O ato n.º 239/2025, publicado em 4 de fevereiro de 2025, no Diário Oficial, edição n.º 28.923 (pág. 9 do documento digital n.º 584281/2025), contém os dispositivos legais utilizados para a concessão do benefício previdenciário (artigo 12, caput).

Verifica-se que o Ato n.º 239/2025 está fundamentado no artigo 140–A, § 1º, inciso III e § 2º da Constituição Estadual de MT, bem como artigo 6º, caput, da Emenda Constitucional Estadual n. 92/20 e artigo 4º, incisos I a V, §§ 1º, 2º, 3º, 6º, inciso I e § 7º, inciso I da Emenda Constitucional Federal n. 103/19, mais as disposições da Lei Complementar n. 50, de 01 de outubro de 1998 e suas alterações, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração, bem como o teor do Processo nº 2025.4.01047, da Mato Grosso Previdência.

2) Os autos contêm posicionamento do Controle Interno informando que este processo não foi selecionado na amostragem para análise (pág. 30 do documento digital n.º 584281/2025) e da Procuradoria Jurídica (págs. 25 a 27 do documento digital n.º 584281/2025) favorável à concessão do benefício (artigo 12, II).

Consta Declaração de Não Recebimento de Benefícios Previdenciários da Sra. Dalva Rosa Alves Barbosa (pág. 39 do documento digital n.º 584281/2025).

3) O valor do benefício é inferior a seis salários-mínimos (artigo 12, I), no valor de R\$ 6.364,42 (pág. 24 do documento digital n.º 584281/2025).

3. DA ANÁLISE SIMPLIFICADA

Por fim, cumpre observar que o valor do benefício não foi analisado, tendo em vista que a análise simplificada, instituída pela RN n.º 16/2022, contempla tão somente a verificação quanto à indicação dos dispositivos legais e da publicação do ato da respectiva concessão.

4. CONCLUSÃO



Assim sendo, conforme o artigo 211, II da Resolução Normativa TCE-MT n.º 16/2021-TP, sugere-se ao Conselheiro Relator o registro do Ato n.º 239/2025, publicado em 4 de fevereiro de 2025, no Diário Oficial, edição n.º 28.923 (pág. 9 do documento digital nº 58481/2025).

Em Cuiabá-MT, 14 de abril de 2025

BOULANGER MACEDO TOSTES

TECNICO DE CONTROLE PUBLICO EXTERNO

RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA